

Dinheiro.

AJ0546.4

Luz gera R\$ 60 bi de tributos

Já foram arrecadados no ano R\$ 60 bi de tributos e encargos na conta de luz - R\$ 28 bi vem do ICMS, segundo o Acende Brasil.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

IMPOSTOS DEMAIS

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

E SÓ 9% VÃO PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO E OBRAS

Áreas prioritárias são deixadas de lado na aplicação do dinheiro

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Nos últimos 16 anos, a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a carga tributária brasileira só fez subir. Em 1995, a arrecadação de União, Estados e municípios equivalia-se a 28,92% de todas as riquezas do Brasil. Este ano, até 31 de dezembro, essa mesma equivalência deve bater em 36% do PIB. Os números são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Mas pior do que aumentar o peso dos impostos indiscriminadamente, é gastar mal o que é arrecadado. Um estudo feito pelo economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, mostra que uma fatia pequena do aumento expressivo da carga tributária ocorrido desde meados da década de 90 se traduziu em novos investimentos públicos no Brasil.

De acordo com os cálculos de Schwartzman, de cada R\$ 100 a mais em impostos arrecadados entre 1995 e 2010, apenas R\$ 8,60 foram direcionados para elevar investimentos feitos pelo governo, como construção de escolas, hospitais, ampliação de portos, aeroportos e melhorias em estradas. Enquanto a quantia arrecadada cresceu R\$ 661,5 bilhões no período, os investimentos da administração direta (governos federal, estaduais e municipais) subiram R\$ 56,9 bilhões, ou 8,6% da expansão da arrecadação.

MUITOS TRIBUTOS, POUCOS INVESTIMENTOS

Cálculo feito pelo economista Alexandre Schwartzman mostra que o aumento da carga tributária não foi proporcional ao do investimento público



De cada R\$ 100 a mais na carga tributária,

R\$ 8,60 foram para investimentos em construção de escolas e hospitais, ampliação de portos e aeroportos e melhorias em estradas, por exemplo



Fonte: Cálculo do professor Alexandre Schwartzman com base em estatísticas da Receita Federal e dados de investimento público levantados por Sérgio Gobetti

A Gazeta - Ed. de arte - Genido

Diante desses números, conclui-se que a elevação da carga tributária nos últimos anos serviu quase exclusivamente para sustentar o aumento dos gastos correntes dos governos, que incluem benefícios sociais e salários de funcionários públicos. "Aumentamos a carga tributária para gastar mais", critica Alexandre Schwartzman.

O presidente do IBPT, João Eloi Olenike, tem a mesma opinião. "Algo perto de 70% de tudo que os governos arrecadam vai para o pagamento de servidores públicos e para a previdência. É muita coisa. Enquanto isso, o cidadão não tem saúde, educação, segurança e infraestrutura de qualidade. O que vemos hoje é um estado grande, inchado - que, por isso, precisa de arrecadar muito - e ineficiente".

De acordo com o Ministério da Fazenda, os investimentos da administração direta passaram de 1,66% do PIB em 2005 para 2,86% em 2010. Em 2011, os investimentos públicos voltaram a ser reduzidos para aumentar a fatia de recursos economizados para pagar juros da dívida (superávit primário).

"Esse é outro problema grave. O primeiro item que se corta é o investimento. Nunca pensam em cortar o custeio, os cargos comissionados e outros tipos de excessos. Dessa forma, os serviços prestados à população continuam de péssima qualidade e o custo-Brasil só faz crescer".

Arrecadação sobe, ineficiência também

■ A arrecadação federal totalizou R\$ 78,9 bilhões em novembro. No acumulado do ano, a soma é de R\$ 873,2 bilhões, quase 12% acima do registrado em 2010. Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal.

Ao mesmo tempo que a arrecadação vai às alturas, o governo federal aplica muito menos do que o previsto em programas de investimento como o PAC. Dos R\$ 40,9 bilhões autorizados para o Programa de Aceleração do Crescimento neste

ano, R\$ 6,9 bilhões (16,9%) foram pagos. Outros R\$ 16,6 bilhões foram usados para cobrir restos a pagar da primeira etapa do PAC, ainda no governo Lula.

O índice de execução é ainda menor no Minha Casa, Minha Vida (0,79%),

Luz para Todos (0,27%), implantação de sistemas de esgoto (0,41%).

Enquanto isso, o gasto com pessoal subiu 11,8% na comparação com 2010. Ao todo, foram gastos R\$ 732 bilhões com salários e encargos trabalhistas.